ALEXANDRE MASSARIOL

BIOÉTICA E MISTANÁSIA: morte social e prospectos mitigadores

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2020

ALEXANDRE MASSARIOL

BIOÉTICA E MISTANÁSIA: morte social e prospectos mitigadores

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Professor Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo

2020

Massariol, Alexandre.

Bioética e Mistanásia: morte social e prospectos mitigadores/
Alexandre Massariol; orientador: Prof. Dr. Roberto Augusto de
Carvalho Campos. – 2020. 197f.

Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-
Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São
Paulo, São Paulo, 2020.

Versão original

1. Bioética 2. Mistanásia 3. População em situação de rua

Nome: MASSARIOL, Alexandre

Título: Bioética e mistanásia: morte social e prospectos mitigadores

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profª. Drª. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profª.Drª. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos sonhadores utópicos que resistem às procelas cotidianas e persistentes, labutando arduamente para fazer do “aqui e agora” da história o Reino de Deus (*βασιλεία του Θεού*), sobremaneira Dom Angélico, Pe. Toninho e Pe. Júlio Lancellotti.

AGRADECIMENTOS

Trazer à memória do coração, como escreveu o filósofo grego Antístenes, talvez seja a tarefa mais árdua desta pesquisa, haja vista que se poderia cometer injustiça e olvidar o nome de alguma estrela. Mas é imperioso não tergiversar desse labor!

Estrelas?

Sim.... Estrelas!

Já versejava Mário Quintana (1962): *“Se as coisas são inatingíveis...ora! Não é motivo para não querê-las...Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!”*

Essas são algumas estrelas que espargiram luz em minha trajetória, por isso quero agradecer:

À Trindade Santa, fonte de amor, sabedoria e doação.

Ao orientador Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos, pela singular oportunidade de participar deste prestigiado curso de pós-graduação, como também, pelo seu denodo em apontar os caminhos mais plausíveis da pesquisa.

Aqueles que colaboraram com o Criador, meus pais, dando-me a vida: Nair de Paula (*in memoriam*) e Carlos Massariol (*in memoriam*).

À minha irmã Juliana de Paula e minha sobrinha Paula Cristina, pessoas nas quais encontro forças para continuar lutando.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação, que tive a alegria de bebericar de seus conhecimentos, sobremaneira, Profª Drª Ivanira Pancheri e Prof. Dr. Maurício Bunazar.

Aos que me permitiram e trilharam comigo esta aventura: Clélia de Moraes Rego, Daniel Augusto de Camargo Lima Campos, Luiz Paulo da Silva Monteiro, Sabrina Wagner, Irmã Rute Redighieri e, ao casal, Yara Bonomo e Wilson Campanella.

Por fim, como Papa Francisco, quero *“olhar o passado com gratidão. Viver o presente com paixão. Abraçar o futuro com esperança.”*

*“Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo pela
vida, ferrados e mal pagos.
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, mas dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não fazem cultura, têm folclore.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm rostos, têm braços.
Que não têm nomes, têm números.
Que não aparecem na história do mundo,
aparecem nas páginas policiais do jornal local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata”
(Galeano)*

*“A bioética, se não for crítica, pode tornar-se apologética ou ideológica”
(Jennings)*

MASSARIOL, Alexandre. **Bioética e mistanásia**: morte social e prospectos mitigadores. 2020. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

A Bioética, como uma vertente do conhecimento que perpassa as ciências e a humanidade, a partir do contexto latino-americano, torna-se o “*locus*”, por antonomásia, para se refletir acerca de questões cotidianas e emergentes que envilecem a vida nas suas mais variadas dimensões. Ancorado na “Bioética Social”, cuja epistemologia tem sua fundamentação na realidade fática, apresentar-se-á uma das formas de terminalidade da vida pouco perquirida no cenário acadêmico, como também, invisível aos olhos da sociedade e dos poderes públicos. Trata-se da mistanásia, como morte antecipada, precoce, evitável, diuturnamente revelada tanto em seu aspecto biológico como biográfico. Essas mortes, que aviltam a dignidade da pessoa, poderiam ser evitadas ou minimamente mitigadas, caso a máquina estatal, por meio de políticas públicas, assegurasse a efetivação dos direitos fundamentais insculpidos no ordenamento jurídico pátrio e alienígena. Essa pesquisa, portanto, tem o fulcro de propor que o neologismo “mistanásia”, com suas implicações emergentes e urgentes no cotidiano revelado nas teratológicas vidas desperdiçadas, seja radicado de forma sistemática e científica em textos acadêmicos, conteúdo das disciplinas e programas afins, como também, demonstrar que o Estado tem parcela de culpa na ocorrência dessas mortes que foram criadas e podem ser removidas, sobretudo na população que se encontra em situação de rua. Quanto ao método utilizado para a elaboração textual foi o analítico, por meio de pesquisas bibliográficas e de artigos em base de dados, como também, o crítico-descritivo. Desembocando, portanto, no método propositivo: conscientes das mortes evitáveis, sofridas e indignas, enaltecer e defender a vida que deve ser digna, desde o seu alvorecer até o seu termo natural, mas que se encontra exposta e vilipendiada, precisamente nas pessoas que se encontram em situação de rua. Como referencial teórico adotou-se o conceito de “*homo sacer*” do Direito Romano antigo, atualizado pelo jusfilósofo Giorgio Agamben e o princípio da culpabilidade sistematizado pelo jurista Eugenio Raúl Zaffaroni.

Palavras-chave: Bioética. Mistanásia. População em situação de rua.

MASSARIOL, Alexandre. **Bioetica e “mistanásia”**: morte sociale e prospettive di mitigazione. 2020, 197pp. Tesi di Master in Diritto Penale, Medicina Forense e Criminologia, Facoltà di Diritto di San Paolo, Università di San Paolo, San Paolo, 2020.

RIASSUNTO

La Bioetica, in quanto vertente della conoscenza che impregna tutte le scienze e l'umanità, diventa, a partire dal contesto latinoamericano, il “locus” per antonomasia di riflessione riguardante le questioni quotidiane ed emergenti che sviliscono la vita nelle sue più diverse dimensioni. Ancorato alla Bioetica Sociale, la cui epistemologia si basa sulla realtà fattuale, si presenterà una delle forme di terminabilità della vita poco investigata nell'ambiente accademico e poco o quasi nulla visibile agli occhi della società e del potere pubblico. Si tratta della “mistanásia”, ovvero morte anticipata, precoce, evitabile, diuturnamente rivelata dal suo aspetto biologico e biografico. Queste morti, che avviliscono la dignità della persona, potrebbero essere evitate o minimamente mitigate se la macchina dello Stato, per mezzo di politiche pubbliche, assicurasse l'effettuazione dei diritti fondamentali scolpiti tanto nel diritto brasiliano quanto in quello straniero. Pertanto, questo lavoro di ricerca ha il fulcro di proporre che il neologismo “mistanásia”, con gli effetti emergenti ed urgenti che esercita sul quotidiano che viene rivelato nelle teratologie di vite sprecate, sia esposto nel suo significato radicale in modo sistematico e scientifico nei testi accademici, faccia parte del contenuto delle discipline e programmi correlati, e mostri che lo Stato è anch'esso colpevole poiché queste morti, che furono create, possono essere evitate, soprattutto nel caso della gente che non ha un'abitazione. Per quanto riguarda il metodo utilizzato per l'elaborazione testuale, è stato usato quello analitico, attraverso ricerche bibliografiche e in articoli nelle banche dati, nonché il critico-descrittivo. Infine confluendo, in questo modo, al metodo propositivo: consapevoli delle morti evitabili, sofferte e indegne, lodare e difendere la vita che dovrebbe essere dignitosa, dal suo spuntare al suo termine naturale, ma che è esposta e vilipesa, precisamente nel caso delle persone che non hanno alloggio. Come cornice teorica, è stato adottato il concetto di “homo sacer” dell'antico diritto romano, aggiornato dal giurista e filosofo italiano Giorgio Agamben ed il principio di comune colpevolezza sistematizzato dal giurista Eugenio Raúl Zaffaroni.

Parole chiavi: bioetica, “mistanásia”, senzatetto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Razões de uma pessoa a viver na rua.....	27
Figura 2. Crescimento da população em situação de rua.....	56
Figura 3. Histórico da implantação da Pastoral do Povo de Rua.....	116
Figura 4. Histórico de iniciativas da Prefeitura à população de rua.....	117
Figura 5. Histórico de iniciativas do legislativo à população de rua.....	117
Figura 6. Histórico de iniciativas do Legislativo à população de rua.....	118
Tabela 1. Dados de 1991 a 2020 acerca da população em situação de rua	119
Figura 7. Mapa de calor da distribuição da população em situação de rua.....	121
Figura 8. Tipos de violências sofridas pelas pessoas em situação de rua.....	122
Figura 9. Violências sofridas por outros.....	122
Figura 10. Tipos de violências que sofreu pela polícia civil e PM.....	123
Figura 11. Tipos de violências que sofreu pela Guarda Civil Metropolitana.....	123
Figura 12. Acesso aos locais públicos e privados.....	124
Figura 13. Alimentação da população em situação de rua.....	125
Figura 14. Consumo de água pela população em situação de rua.....	126
Figura 15. Formas de ganha dinheiro pela população em situação de rua.....	127
Figura 16. Tipos de ajuda para sair da situação de rua.....	128
Figura 17. Organograma da Comissão Episcopal Pastoral.....	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MÉTODO.....	14
2. INTERFACE BIOÉTICA E BIODIREITO.....	16
2.1. Bioética: desenvolvimento histórico.....	16
2.2. Princípios norteadores.....	23
2.1.2. Princípio da autonomia.....	25
2.2.2. Princípio da beneficência.....	28
2.2.3. Princípio da não maleficência.....	30
2.2.4. Princípio da justiça.....	31
2.3. Implicações epistemológicas da Bioética no Direito.....	36
2.4. Biodireito: desenvolvimento histórico.....	38
3. HOMO SACER E A COCULPABILIDADE DO ESTADO.....	42
3.1. Diferenciação de <i>zoé</i> e <i>bíos</i> em Giorgio Agamben.....	42
3.2. Estado de Exceção	45
3.3. Homo Sacer e vida nua	49
3.4. Direito Penal e princípios informadores	59
3.5. Coculpabilidade e delineamentos históricos	63
3.6. Coculpabilidade e direito penal	72
4. MISTANÁSIA E A POLITIZAÇÃO DA MORTE.....	76
4.1. Conjunturas precedentes.....	76
4.2. Eutanásia social ou mistanásia?	85
4.3. Conceituação e relevância	90
4.4. Mistanásia biológica e biográfica	96
5. MISTANÁSIA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	105
5.1. Formas de mistanásias cotidianas reveladas em São Paulo	105
5.2. Estatísticas da população em situação de rua.....	114
5.3. Vida digna no Magistério da Igreja Católica Apostólica Romana	128
5.4. A Pastoral do Povo de Rua na Arquidiocese de São Paulo	154
6. PROSPECTOS MITIGADORES DA MISTANÁSIA	161
CONCLUSÃO.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179

INTRODUÇÃO

O binômio *bíos* e *thánatos*, vida e morte, estágios que compõem inexoravelmente o processo existencial, sempre foi motivo de reflexão nas mais variadas culturas, como também, preocupação epistemológica das inúmeras ciências e disciplinas, sendo inclusive, proposta de nomenclatura das mesmas, por exemplo, a Tanatologia, a Biologia, a Bioética, o Biodireito, etc.

No desenvolvimento existencial, sobremaneira do ser humano, a vida tanto no ordenamento jurídico pátrio como no alienígena, é o bem por antonomásia que deve ser preservado de toda e qualquer afronta que venha solapar a sua intrínseca dignidade, desde o seu alvorecer até seu deslinde natural. A vida qualificada é um direito fundamental de todos os seres humanos.

Entretanto, ao se fazer um retrospecto da história humana, sobretudo aquela situada no século XX, é imperioso trazer o alvorecer tecnológico que, em algumas situações, foi desvencilhado do seu *ethos*, provocando inúmeras catástrofes que coadunaram em mortes inumanas, verdadeiros genocídios. Dois eventos são paradigmáticos e exemplificam essa assertiva: o primeiro, o Projeto *Manhattan* liderado pelos Estados Unidos, com o apoio do Reino Unido e Canadá, que viabilizou a criação e explosão da bomba atômica em Hiroshima e da bomba nuclear em Nagasaki, ambas em agosto de 1945, dizimando milhares de pessoas. O segundo diz respeito à teratológica e fatídica maldade humana, revelada no holocausto de inúmeras pessoas, com o intuito de se realizar uma decantação étnica, culminando nos campos de concentração em Auschwitz, que foram verdadeiros matadouros humanos.

Já no início do século XXI, as barbáries humanas se atualizam: em 2001 os ataques terroristas às “Torres Gêmeas”; em 2015 o ataque resultante do fanatismo religioso ao jornal francês *Charlie Hebdo*, entre tantas outras situações teratológicas extremadas e de fronteira que aqui poderiam ser recordadas.

Para que o direito à vida qualificada e palmilhada com dignidade, como também o direito de continuar vivo em um contexto de mortes antecipadas e evitáveis, é que algumas disciplinas, fundamentadas no “*ethos*” e no “*morus*”, elegeram seu objeto epistemológico como instrumento assecuratório de uma

existência pautada pelos ditames éticos, morais e jurídicos, portanto, uma existência feliz.

É mister sublinhar que a vida e a morte fazem parte de um mesmo processo, o existencial. Percebe-se que nos últimos decênios tem surgido a preocupação em refletir acerca do morrer com dignidade. Por isso, a tríade mais exaltada e perquirida pelas diversas disciplinas, enquanto reflexões acerca da terminalidade da vida, é a: eutanásia, a distanásia e a ortotanásia. Entretanto, não é por demais recordar que o “morrer com dignidade” está intimamente amalgamado com o “viver com dignidade”. A Bioética, como ética aplicada e prática, sobretudo em sua perspectiva latino-americana, apresenta-se como o “locus” apropriado para trazer à baila tais preocupações.

Ancorado na “Bioética Social”, cuja epistemologia tem sua fundamentação na realidade fática, apresentar-se-á uma das formas de terminalidade da vida pouco perquirida no cenário acadêmico, como também, invisível aos olhos da sociedade e dos poderes públicos. Trata-se do neologismo “mistanásia”, como morte antecipada, precoce, evitável, diuturnamente revelada tanto em seu aspecto biológico como biográfico que se efetiva, de modo bastante contundente, devido à ausência de pressupostos mínimos que garantam uma vida qualificada.

Destarte, em virtude da falta de assecurabilidade fática dos direitos fundamentais, cuja parcela se consubstancia nos direitos sociais (moradia, educação, saúde, emprego, etc.), é imperioso afirmar que o Estado tem uma parcela de culpa nessas mortes antecipadas e evitáveis, coadunando, portanto na culpabilidade do Estado. Essas mortes, que aviltam a dignidade da pessoa, poderiam ser evitadas ou minimamente mitigadas, por meio de políticas públicas que assegurasse a efetivação plena dos direitos fundamentais insculpidos no ordenamento jurídico pátrio e alienígena.

Com o fito de alcançar o desiderato proposto, a pesquisa será tecida em cinco capítulos. O primeiro será abordado o método adotado na pesquisa.

No capítulo segundo abordaremos a interface da bioética com o biodireito. Como disciplinas que tem a vida como seu objeto de estudo, demonstrar-se-ão suas gêneses históricas, como também, seus princípios informadores e o diálogo necessário e profícuo que existe entre ambas. Ao se abordar os princípios, buscar-se-ão adequá-los e atualizá-los tendo como chave hermenêutica de leitura a mistanásia.

O terceiro capítulo será desenvolvido a partir da base teórica do jusfilósofo Giorgio Agamben e do jurista Eugênio Raúl Zaffaroni. Assim, desenvolver-se-ão os conceitos agambenianos de diferenciação entre “zoé” e “bíos”, “*homo sacer*”, Estado de Exceção e “vida nua”. Todos esses conceitos estão intimamente amalgamados ao contexto mistanásico onde a população em situação de rua se encontra inserida. De Zaffaroni, o conceito de coculpabilidade do Estado será aplicado por analogia e “*multatis multandi*” a essas situações tanatológicas que poderiam ser evitadas, se não houve displicência no Estado ao assegurar, *ab initio*, o direito de ter direito ao cidadão.

Uma vez firmadas as bases teóricas, no capítulo quarto apresentar-se-á todo o cenário histórico, linguístico e o conteúdo do neologismo “mistanásia”. Serão abordadas as conjunturas precedentes que levaram a cunhar essa terminologia; se o conceito de eutanásia social é equivalente ao de mistanásia; a relevância da cognoscibilidade tanto do sentido etimológico como também do conteúdo afeto ao neologismo e a incidência da mistanásia, tanto em âmbito biológico, como biográfico.

A população em situação de rua é o corte epistemológico para a aferição da incidência da mistanásia persistente. O capítulo quinto, então, apresentará como a mistanásia se revela na população em situação de rua em São Paulo, além de demonstrar o último censo realizado em 2019 dessa população e, encaminhando para os prospectos mitigadores, revelar o pensamento da Igreja Católica Apostólica Romana sobre a vida digna, que é direito de todos, sem deixar de evidenciar a Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo como instrumento fático e eficiente, mitigador de mortes biológicas e biográficas que grassam a vida das pessoas que se encontram em situação de rua.

O sexto capítulo abordará propostas mitigadoras, tanto no campo teórico como fático, que se confirmam como instrumentos afirmativos para que as mortes ocorridas no subterrâneo da sociedade, portanto, teratológicas e miseráveis, sejam trazidas à lume com o intuito de limitar, ou quiçá, cerceá-las radical e frontalmente.

Portanto, lançadas as estruturas que sustentarão a tessitura deste texto, não se pode olvidar em retomar que a pesquisa objetiva desenvolver e revelar o neologismo “mistanásia” (morte evitável, teratológica, social e prematura) que não se confunde com a eutanásia social; tendo a bioética cotidiana, latino-americana, social e crítica como *locus* acadêmico de discussão, cravejando tal neologismo nas pautas

bioéticas e disciplinas afins, para que seja refletido conceitual, profunda e suficientemente, aferindo seu princípio-originário.

Como consequência lógica dessas perquirições sistematizadas, almeja-se o apontamento de preposições fáticas capazes de eliminar ou, ao menos, mitigar o sofrimento humano que pode ser evitado e que se desvela em uma vida sofrida, empobrecida e vulnerada, cujo começo é tão próximo de seu fim.

1. MÉTODO

A dissertação que ora se descortina, tendo por fulcro o desenvolvimento do neologismo “mistanásia”, como também, a sua incidência diuturna na população em situação de rua, foi desenvolvida a partir da investigação descritiva e crítica da Bioética. Trata-se de um tema insipiente nas discussões acadêmicas, entretanto, sua facticidade se revela no cotidiano das ruas, tornando urgente a sistematização dessas situações tanatológicas que não são naturais ao desenvolvimento existencial da pessoa humana.

Tendo como ponto de partida os aspectos qualitativos de fenômenos que revelam a vulnerabilidade e a complexidade de um número significativo de pessoas que vivem em situação de rua, com o neologismo mistanásia quer se demonstrar outra forma de terminalidade da vida, que não aquelas apontadas frequentemente nas disciplinas afins, quais sejam: a eutanásia, a distanásia e a ortotanásia. Mortes antecipadas e severinas, tanto em seu aspecto biológico, como em seu aspecto biográfico, que são ignoradas e invisíveis, conotativa e denotativamente, pela macro sociedade (pessoas individuais e Estado).

Tendo trazido à lume a problematização decorrente de situações tanatológicas, não naturais e não condizentes com a existência qualificada de todo cidadão, e que poderiam ser evitadas, é imperioso abrir mão da pesquisa aplicada, pois se almeja gerar conhecimentos capazes de mitigar as mortes evitáveis.

Para tanto, descreveu-se, embasado em uma ampla bibliografia (livros, jornais, documentários, teses, dissertações, internet, etc.) as situações mistanásicas em que vivem a população em situação de rua, verificando-se que faticamente a morte evitável torna-se uma companheira de caminhada dessas pessoas.

Criticamente, apresentou-se as mais variadas normatizações, tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal que, *a priori*, deveriam ser instrumentais para que essa população tivesse seus direitos de cidadão garantidos, assegurados e oferecidos pelo Estado que, neste âmbito não possui um poder discricionário, mas tem o poder-dever vinculado de assegurar o mínimo existencial consignado na Constituição Federal em seus mais diversos artigos que consubstanciam os deveres fundamentais do Estado em relação aos seus cidadãos.

Ao se verificar que a mistanásia é uma realidade presente na população em situação de rua, é imperioso a aplicação do princípio da coculpabilidade, *mutatis mutandi*, e analogamente, ao Estado pela ausência de assecurabilidade dos direitos fundamentais insculpidos nos mais diversos diplomas legais, pátrio e alienígena.

E por fim, em se tratando de um tema tanatológico cotidiano, não natural e que solapa vidas, tanto biológicas quanto biográficas, aos olhos nus da sociedade, o método propositivo ou prospectivo se torna *conditio sine qua non* para se alçar com magnitude o objetivo proposto *ab initio*. Apercebidas as mortes evitáveis, sofridas e indignas, eleger e apontar alguns prospectos que sejam instrumentais fáticos, capazes de possibilitar às pessoas que subvivem em situação de rua um processo existencial que deve ser qualificado desde o seu alvorecer até seu crepúsculo natural.

Assim, as etapas utilizadas para o método na elaboração desta dissertação serão:

- identificação do tema: “mistánasia”;
- coleta de dados: quantitativo;
- abordagem do tema: qualitativa;
- natureza da pesquisa: aplicada;
- objetivos da pesquisa: critico-descritivo;
- procedimento: bibliográfico;
- desembocando no método propositivo ou prospectivo

CONCLUSÃO

A morte, como fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento existencial, é uma realidade inexorável e natural de todo e qualquer ser vivo. Entretanto, o *thánatos* não pode ser vislumbrado, perquirido, vivenciado na facticidade do ser humano, dissociado do *bíos*. A vida, sobremaneira do ser humano, deve ser qualificada, feliz e digna, de acordo com os ditames constitucionais, tanto no ambiente biográfico, como no biológico, que todo ser humano é vocacionado a palmilhar. No que pese, a morte dignificada requer como corolário uma vida qualificada.

O final da existência, compreendido como processo que teve sua gênese com a vida tornou-se objeto de estudo e reflexão, juntamente com esta pesquisa, das mais variegadas áreas científicas, sobremaneira, àquelas que estão conectadas às ciências humanísticas: a bioética e o biodireito.

Restou-se demonstrado que, por muito tempo, a sistematização epistemológica e fática acerca da finitude humana esteve restrita ao enfoque individual, reveladas na importância dada ao tripé: eutanásia, distanásia e ortotanásia. Contudo, aferiu-se a urgência e emergência, levando em consideração o contexto social, econômico, político, jurídico e fático, de se refletir acerca da morte em seu aspecto coletivo, que diuturnamente, ceifa vidas, de maneira prematura, antes e fora do tempo. Trata-se da “morte matada” consubstanciada no neologismo mistanásia.

Portanto, propugnou-se pela necessidade de resgatar a Bioética, como conhecimento transdisciplinar, refletida e produzida no campo desafiador da América Latina. Bioética inculturada à realidade social, que perscruta as questões urgentes que brotam no cotidiano da sociedade, sem deixar de refletir e apontar caminhos, como tem sido realizado, para questões de fronteira. A bioética cotidiana, como repertório da bioética social, é o *locus*, por antonomásia, para se refletir e cotejar instrumentais viabilizadores que mitiguem a mistanásia biográfica e biológica.

Verificou-se que a mistanásia, morte infeliz, teratológica e severina, efetiva-se nas pessoas vulneradas, que são verdadeiros mortos que ainda estão com vida, em *Morte e Vida Severina*, tão bem cotejada por João Cabral de Mello Neto, nas “vidas nuas” geradoras do “*homo sacer*”, no instituto jurídico arcaico do Direito Romano,

sistematizado e atualizado pelo jusfilosofo Giorgio Agamben e, por conta do Estado, que em sua inércia e omissão de assegurabilidade dos direitos fundamentais, é um dos atores principais na viabilização da mistanásia biológica e biográfica que personaliza na população em situação de rua.

No desenvolvimento desta pesquisa, restou-se clarividente que o Estado de bem-estar é *conditio sine qua non* para a efetividade do Estado Democrático de Direito que deve se estender a todos os cidadãos que “tem direito de ter direitos”. Entretanto, o Estado, em seu contato com as pessoas em situação de rua, contata-se, primordialmente, com o fulcro de *jus puniendi* e revela-se como ferramenta de estratificação social por meio de teratológicas disciplinas marginalizantes impostas às vidas nuas.

Consignado do ordenamento jurídico pátrio, a máquina estatal deve aproximar-se de seus cidadãos de maneira positiva, garantidor do mínimo existencial, promotor do bem comum, com ações afirmativas que constituem instrumentos basilares para que se concretize a igualdade do ponto de partida, garantindo o mínimo existencial para uma vivência qualificada e digna.

Notório expor que, no sentido antagônico do ideal consubstanciado na legislação, o Estado diante da inércia e omissão em assegurar os direitos basilares à população em situação de rua em São Paulo, tem uma parcela de culpa nas mistanásias cotidianas, podendo afirmar que há uma culpabilidade do estado nessas mortes severinas, estapafúrdias e fora do tempo, que poderiam ser evitadas, caso o Estado assegurasse efetivamente as políticas públicas destinadas à essa população.

A mistanásia é a chave de leitura para se compreender não apenas a finitude fisiológica e biológica que recai de maneira antecipada sobre essa população, mas também, um processo de morrer, que se efetiva diuturnamente em suas inenarráveis mortes biográficas. Portanto, a terminologia “eutanásia social” deve ceder lugar ao neologismo “mistanásia”, por se tratar de questões antigas e precedentes, tanatológicas, consoante o sentido etimológico de “eutanásia” que nada tem de “boa”.

A mistanásia assim compreendida, caminha à frente dos “*anawin de Javé*”, dos pobres que estão em todos os momentos expostos à morte, não apenas biológica, física, mas, sobretudo, à morte biográfica, despidos de sua dignidade e afrontando drasticamente os direitos sociais positivados na Carta Magna Pátria.

Tomado de consciência reflexiva, sistemática e crítica da efetividade mistanásica cotidiana e identificados os atores originários de problemas emergentes e negligenciados, podem-se apontar prospectos mitigadores e transformadores dessa realidade tanatológica:

- cravar o neologismo mistanásia como uma voz profética (anuncia e denuncia) que conclama a uma responsabilidade social e pessoal, requerendo, portanto, um novo enfoque bioético (latino-americano), que deve ser pauta das discussões acadêmicas, sobretudo nas que são realizadas na seara da bioética e do biodireito, com o intuito de superar ou mitigar essas situações que se configuram persistentes, iníquas e injustas;
- trazer à lume o que ocorre diuturna e persistentemente nos porões da sociedade, mistanásias invisíveis que podem ser evitadas com o comprometimento e responsabilidade pessoal, social e estatal;
- dar enfoque à ação eclesial que se efetiva na Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, como paradigma de mitigação das tanatologias evitáveis. Sendo o *locus theologicus* de promoção e assecuridade de vida plena, cujo profetismo se evidencia nas mais variadas denúncias que demonstram o descaso do Estado com a população em situação de rua, partindo da realidade concreta do “vê, sente compaixão e cuida dos vulneráveis”, revelando-se como *modus operandi* de mitigação das mortes infelizes, como também, transformadora de uma realidade inumana;
- consignar que, revelada de maneira incontestável a coculpabilidade do Estado nessas situações de terminalidade da vida, não naturais e que podem ser evitadas, é fundamental reconhecer a igualdade intrínseca de todos os cidadãos que se efetiva na assecuridade, por parte da máquina estatal, dos direitos mais elementares do ser humano, propiciando um ponto de partida simétrico, coadunando em uma vida qualificada, digna e justa. Necessária se faz a postura dialógica e de parcerias com as mais diversas instituições sociais, objetivando o compromisso social que implica no dever de respeitar, promover e assegurar a vida qualificada a todos. Para tanto, juntamente com essa população que vive em situação de rua, ser voz que reclama do poder

estatal ações positivas e assecuratórias viabilizadoras de histórias existenciais desenvolvidas em sua integridade.

Nesse sentido, concorde com o pensamento de Bento XVI, é oportuno salientar que *“a justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política. Um Estado, que não se regesse segundo a justiça, reduzir-se-ia a uma grande banda de ladrões, como disse Agostinho uma vez: ‘remota itaque iustitia quid sunt regna nisi magna latrocinia?’ (se a justiça desaparece, que são os reinos senão grandes latrocínios?).”*⁴⁶²

No entardecer desta pesquisa, conclui-se que é possível mitigar a mistanásia biográfica e a biológica que acomete peremptoriamente a população em situação de rua.

⁴⁶²BENTO XVI. *Deus caritas est*, nº 28. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html> Acesso em: 06 mai. 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONI, André Luis. **Bioética e Biodireito**: aspectos gerais sobre a eutanásia e o direito à morte digna. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 818, pp. 395-423, 2003.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; VARANDA, Walter. **Descartáveis urbanos**: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde soc. vol.13 nº.1, São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007>> Acesso em: 18 fev.02/2020

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Mezzi senza fine. Note sulla política**. Turim: Bollatti Boringuieri, 1996. pp. 13-17. Tradução livre.

_____. **O uso dos corpos**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

AGÊNCIA SENADO. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>> Acesso em: 18 mar. 2020.

AGRA, Walber de Moura. **Curso de Direito Constitucional**. 9º ed. Ed. Fórum. Belo Horizonte, 2018.

AMÂNCIO, Thiago. **Morador de rua é alvo de jato d'água em limpeza da prefeitura na cracolândia**. Março de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/morador-de-rua-e-alvo-de-jato-dagua-em-limpeza-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml>> Acesso em: 24 mar. 2020.

AMÂNCIO, Thiago; ZYLBERKAN, Mariana. **Ao menos três moradores de rua morrem em SP em meio à onda de frio**. 6. jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/ao-menos-tres-moradores-de-rua-morrem-em-sp-em-meio-a-onda-de-frio.shtml>> Acesso em: 20 abr. 2020.

ANDRADE, Vera Regina P. de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des) ilusão**. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

ANTÍSTENES (440 - 365 a.C.) **em Só Filosofia**. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2020. Consultado em 12/05/2020 às 09:17. Disponível na Internet em <http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=24> Acesso em: 20 abr. 2020

ANTONIO, Aline; SIQUEIRA, Bianca Dias de. **Os moradores de rua e o suicídio**. Disponível em: <<https://aantonio95.jusbrasil.com.br/artigos/337060738/os-moradores-de-rua-e-o-suicidio>> Acesso em: 20 abr. 2020.

AQUINO, Tomás de. **Seleção de textos**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural: 1985.

ARAÚJO, Ana Laura V. Gutierrez. **Biodireito: o direito da vida**. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n. 51, v. 13, p. 111-119, 2005. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

ARAÚJO, Gabriel; BENASSATTO, Leonardo. **Moradores de rua: eles vivem tantos riscos, o coronavírus é mais um...** 08/04/2020. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/04/08/moradores-de-rua-eles-vivem-tantos-riscos-o-coronavirus-e-mais-um.htm>> Acesso em: 20 abr. 2020

ARAÚJO, Luiz Alberto David; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Verbatim, 2011.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Veja, 1988.

BALERA, Wagner; MARQUES, Fernando de Oliveira. **A promoção da misericórdia e os direitos sociais**. In: SANTOS, Ivaldo; POZZOLI, Lafayette (Org). Fraternidade e misericórdia: um olhar a partir da justiça e do amor. Cultor de Livros. São Paulo: 2016.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Vida humana e ciência: complexidade do estatuto epistemológico da bioética e do biodireito. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n. 56, v. 14, pp. 113-161. 2006. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

BARBOSA, Jonnefer F. **Vida nua e formas de vida**: Giorgio Agamben, leitor das fontes greco-romanas. Revista HYPNOS, número 30, São Paulo, 1º semestre 2013.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. **Bioética, vulnerabilidade e saúde**. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

BARATA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. 3ª. ed. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Renavam, 2002.

Barracas com pessoas em situação de rua são incendiadas durante a madrugada em Mogi. Por G1 Mogi das Cruzes e Suzano, 09/04/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/04/09/barracas-com-pessoas-em-situacao-de-rua-sao-incendiadas-durante-a-madrugada-em-mogi.ghtml>. Acesso em: 20 abr.2020.

BASÍLIO, São. **Homilia 6, contra a riqueza, 7. “Ricos e pobres”**. In BIGO, Pierre. A Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Loyola, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Luiz Antônio. **Bioética e pesquisa em seres humanos**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BENTO XVI. *Deus Caritas est*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html> Acesso em: 06 mai. 2020.

_____. *Spe Salvi*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html.> Acesso em: 06 mai. 2020.

_____. *Caritas in veritate*. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html> Acesso em: 06 mai. 2020

BERLINGUER, Giovanni. **Bioética Cotidiana**. Siglo xxi Editores Argentina, S.A. Buenos Aires: Argentina, 2002.

BERTACHINI, Luciana; PESSINI, Leo. **Encanto e responsabilidade no cuidado da vida: lidando com desafios éticos em situações críticas e de final de vida**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. Edições CNBB, 2012.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte geral 1. 16 ed. São Paulo Saraiva, 2011, p. 12.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. I, II e III. Contraponto Editora, 2005/2006.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOGAZ, Antônio S; COUTO, Márcio A; HANSEN, João H. **Patrística**: caminhos da tradição cristã: textos, contextos e espiritualidade da tradição dos padres da Igreja antiga, nos caminhos de Jesus de Nazaré. São Paulo: Paulus, 2008.

BOMFIM, Urbano Félix Pugliese. **Uma correção ao sentido do princípio da intervenção mínima no direito penal**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito (pós-graduação em direito), mestrado em direito público. Salvador, 2009.

BORBA, Marina de Neiva. **Bioética e Direito**: Biodireito? Implicações Epistemológicas da Bioética ao Direito. Dissertação de Mestrado: São Camilo. São Paulo: 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:< <http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Código Penal**, de 1940. In: VADE MECUM. 16 ed., São Paulo: Saraiva, 2019.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **Os dilemas do avanço biotecnológico e a função do Biodireito**. Revista Trabalho e ambiente. Caxias do Sul, v.1, n.1, jan/jun 2002.

CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; ZAGANELLI, Margareth Vetis. **Mistanásia: a “morte miserável”**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2016.

CANTALAMESSA, Raniero. **Vem, Espírito Criador**. Editora Canção Nova. Cachoeira Paulista, 2014.

CAMPOS, Roberto Augusto de Carvalho; CAMARGO, Rosmari Aparecida Elias. **A medicina e o direito frente à bioética: dilema do fim do século**. O Onze de Agosto, São Paulo, v. 1, p. 39, 1999.

CAMPOS, Roberto Augusto de Carvalho; CAMARGO, Rosmari Aparecida Elias; FROES, Oswaldo; GANANÇA, Maurício Malavasi. **Elementos do biodireito**. Acta Orl, v. 23, n.03, p. 6-16, 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CARLIN, Volnei Ivo. **Os Fundamentos da Bioética e o Direito**. Disponível em: <http://www.jusnavegandi.com.br>. Acesso em 28 de mar. de 2020.

CARNELUTI, Francesco. **Arte do Direito**. Tradução de Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Brookseller, 2001, p. 18.

CARVALHO, Amilton Bueno de; SALO, Carvalho de. **Aplicação da pena e garantismo**. 4ª ed. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, Salo de. **Pena e Garantias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. Tradução de Sylvia Moretzsohn. 2. reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CESAR, Marcus; TESHAINER, Ricci. **Política e desumanização**: aproximações entre Agamben e psicanálise. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2013.

CHORÃO, Mário Bigotte. **Introdução ao Direito**. I. O Conceito de Direito. Coimbra: Almedina, 1989.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento (Volume II)**. São Paulo: Vida Nova, 2ª ed. 2000, p. 2641.

COMBLIN, José. **Teologia da Cidade**. São Paulo: Paulus, 1991.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. CNBB. **Manual da Campanha da Fraternidade 2019**. Brasília: Edições CNBB, 2018.

_____. **Setor Pastorais Sociais**. Cartilhas de Pastoral Social nº 01. O que é pastoral social? Edições CNBB. Brasília, DF. Julho de 2001.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração sobre a eutanásia**. São Paulo: Paulus, 1980.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua**. Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília: CNMP, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº. 1805/2006**. Publicada no D.O.U., 28 nov. 2006, Seção I, pg. 169. Regula a prática da ortotanásia.

_____. **Resolução nº 1.995/2012** (Publicada no D.O.U. de 31 de agosto de 2012, Seção I, p.269-70). Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREMESP. **Código de ética médica e textos legais sobre ética, direitos e deveres dos médicos e pacientes**. São Paulo: CREMESP; 2001.

_____. **Bioética Clínica: reflexões e discussões de casos selecionados**. Centro de Bioética, 2008.

_____. **Cuidados Paliativos**. Centro de Bioética, 2008.

_____. **Código de Ética Médica**. 2018.

_____. **Resolução n. 196/96**. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=PesquisaLegislacao&dif=s&ficha=1&id=11225&tipo=RESOLU%C7%C3O&orgao=Conselho%20Nacional%20de%20Sa%FAde&número=466&situacao=VIGENTE&data=12-12-2012>> Acesso em: 17 abr. 2020

COQUARD, Oliver. **Marat**. Tradução: C. H. Silva. São Paulo: Scritta, 1996.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **A dignidade humana: teorias e prevenção geral e positiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

D'AGOSTINHO, Francesco. **Bioética: segundo enfoque da filosofia do direito**. Trad. Luisa Raboline. 2.ed. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. São Paulo: Saraiva, 2018.

DOCUMENTO DE MEDELLIN. Página 2. In <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-o-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf>. Acessado em 22/04/2020

DURÁN, María Lourdes Urbaneja. **Cidadania, complexidade e participação**. In: Bioética: Poder e Injustiça. GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo (Org.). São Paulo, Ed. Loyola. 2003.

DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2007.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **A eutanásia no direito brasileiro**. Diário do Grande ABC. São Paulo, 06 de março de 2005. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/palavrapresidente/2005/81>>. Acesso em: 10 mar. de 2020.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Obra poética, Volumes 4-6*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

ESPIELL, Hector Gros; SÁNCHEZ, Yolanda Gómez. **La Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos de la UNESCO**. Granada: Editorial Comares, 2005.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual n.º 10.241/99. “**Lei Mário Covas**”. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências. 17 de Março de 1999.

FABRI DOS ANJOS, Márcio. **Eutanásia em chave de libertação**, em Boletim 57/ junho 89. Instituto Camiliano de Pastoral de Saúde.

_____. **Um diálogo entre a fé e a ciência para melhor compreender a morte (entrevista)**. Revista IHU on-line, n.162, 31 de outubro de 2005, p. 21. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao162.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2020.

FABRI DOS ANJOS, Marcio; SIQUEIRA, J.E. de. **Bioética no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

FERNANDES, Anais; DALL’AGNOL, Laísa. **Morador de rua ganha R\$ 50 por 12h de trabalho para montar palco do Lollapalooza**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/morador-de-rua-ganha-r-50-por-12h-de-trabalho-para-montar-palco-do-lollapalooza.shtml>> Acesso em: 24 nov.2019.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Brasil registra mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua em 3 anos**. Por G1, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml>> Acesso em: 20 abr. 2020.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida **Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1003, set/dez, 2019.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FILHO, Willis Santiago Guerra. **(Anti-) Direito e força de lei**. Panóptica, ano 1, n.4, 2010.

FOLCH GOMES, Cirilo. **Antologia dos santos padres: páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos**. São Paulo; Paulinas, 1979.

FRANÇA, Leandro Ayres. **A genealogia da tanatopolítica, suas maquetes contemporâneas e os reflexos jurídicos no horizonte biopolítico desenvolvido pela medicina moderna**. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre: 2013.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal: Querida Amazônia.** São Paulo: Paulinas, 2020.

_____. **Evangelii Gaudium.** Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html> Acesso em: 06 mai. 2020.

FRISO, Gisele de Lourdes. **A ortotanásia: uma análise a respeito do direito de morrer com dignidade.** Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 885, pp. 130-153, 2009.

GABRIEL, O pensador. Música: **O resto do mundo.** Disponível em: <https://www.letras.mus.br/gabriel-pensador/72844/>.> Acesso em 19 abr. 2020.

GALEANO, Eduardo. *Os ninguéns.* In: O livro dos abraços, Ed. L&PM, São Paulo, 2005.

GARCIA, Maria. **Limites da ciência: a dignidade da pessoa humana. A ética da responsabilidade.** Editora Revista dos Tribunais: São Paulo, 2004.

_____. **Biodireito Constitucional: uma introdução.** Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n.42, v.11, pp. 105-113, 2003. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea.** Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

GARRAFA, Volnei; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **Giovanni Berlinguer: entre o cotidiano e as fronteiras da vida humana.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 39, n. 107, pp. 912-919, out./dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042015000400912&lng=pt&tlng=pt.> Acesso em: 14 abr. 2020.

GIORGI, Tania Giandoni Wolkoff. **Princípios Constitucionais e o princípio da dignidade da pessoa humana.** Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n.59, v.16, pp. 247-268, 2007. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

GOGLIANO, Daisy. **Pacientes Terminais: morte Encefálica.** In. Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina. 2009, p.03. Disponível em: www.revistabioetica.cfm.org.br. Acesso em: 17 abr. 2020.

GOLDIM, José Roberto. **Princípios éticos.** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/princip.htm>.> Acesso em: 19 abr. 2020.

GOMES, Rodrigo. **Censo da população de rua não condiz com a realidade, criticam ativistas.** Rede Brasil Atual (RBA). Em: 31/01/2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/01/censo-da-populacao-de-rua/>> Acesso em: 03 fev. 2020.

GOVERNO FEDERAL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Maio de 2008. Brasília/DF. p. 3 Disponível em: http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2020.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força dos pobres na História.** In: FARMER, Paul. *Patologias do Poder. Saúde, Direitos Humanos e a Nova Guerra contra os Pobres.* São Paulo: Paulus, 2017.

GUERRY, Mons. **Doutrina Social da Igreja.** São Paulo: Editora Herder, 2ª ed. 1961.

GUIMARÃES, Cláudio Alberto Gabriel. **A culpabilidade compartilhada e os direitos humanos fundamentais.** In: Revista CEJ, Brasília, Ano XIV, n. 48, p. 33-39, jan./mar. 2010.

GREGÓRIO NAZIANZENO, São. **Discurso sobre o amor aos pobres,** PG. 35, 857-910, IN: FOLCH GOMES, Cirilo. *Antologia dos santos padres: páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos.* São Paulo; Paulinas, 1979.

HARRINGTON, Wilfrid J. **Chave para a Bíblia: a revelação, a promessa, a realização.** São Paulo: Paulus, 1985.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. **Bioética e Biodireito: revolução biotecnológica, perplexidade humana e perspectiva inquietante.** Disponível em: <[http://gontijo.familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Giselda/\(Bio_351tica%20e%20Biodireito\).Pdf](http://gontijo.familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Giselda/(Bio_351tica%20e%20Biodireito).Pdf)> Acesso em: 24 mar. 2020.

HIRSCHHEIMER, Mário Roberto; CONSTANTINO, Clóvis Francisco. **O direito de morrer em paz e com dignidade considerações a respeito da resolução CFM nº. 1.805/2006.** Apostila. São Paulo: 2013.

HOTTOIS, Gilbert. Metodologia bioética. In: HOTTOIS, Gilbert; MISSA, Jean Noel. **Nova enciclopédia da bioética.** Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

IKEDA, Daisaku. [et. al]. **Ser Humano: essência da ética, da medicina e da espiritualidade.** São Paulo: Brasil Seikyo, 2007.

INGRAO, Christian. **Crer e destruir: os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

IPEA. **Texto para discussão: Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1990.

JENNINGS, Bruce. editor-chefe. **Enciclopédia de Bioética**, 4a ed., 2014

JOÃO PAULO II. **Evangelium Vitae**. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **Carta Encíclica Centesimus annus**, 5. In DSI 67.

_____. **Redemptor hominis**, N.17, 1979. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em: 12 abr. 2020.

JÚNIOR, André Puccinelli. **O Biodireito e a redescoberta do ser humano**. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n.52, v.13, pp. 68-90, 2005, (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

JUNIOR, Fernando Altemeyer. **Compaixão em processos sociais e mudanças institucionais: o caso do vicariato episcopal do povo da rua em São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUCSP. São Paulo, 2006.

JÚNIOR, José Augusto de Almeida. **A dignidade da pessoa humana: obesidade mórbida, aspecto jurídico e moral**. Cadernos de Estudos Jurídicos, Belo Horizonte. v. 8. n. 8, jun. 2005.

JÚNIOR, Sebastião Reis. **Proteção aos Direitos Fundamentais**. Revista da EMERJ - v. 15 n. 60, 2012, p. 34. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista60/revista60_28.pdf.> Acesso em: 08 abr. 2020.

JÚNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. **Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Atlas, 1996.

JUSBRASIL. Disponível em: <<https://portal-justificando.jusbrasil.com.br/noticias/351054797/moradores-de-rua-fazem-ato-no-centro-de-sp-para-lembrar-mortos-pelo-frio?ref=feed.>> Acesso em: 24 mar. 2020.

KUBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. Trad. Paulo Menezes. 10ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad.: Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.78.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**, RN. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 21 abr.2020.

LEONARDO BOFF. **A força dos pequenos**. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-forca-dos-pequenos/4/38901>> Acesso em: 22 abr. 2020.

LEUTÉRIO, Alex Pereira. **Estado de Exceção na obra de Giorgio Agamben**: da politização da vida à comunidade que vem. Dissertação de Mestrado. PUC SP. São Paulo, 2014.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi del Re. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

LOPES, Antonio Carlos. et. al. **Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia. Aspectos Médicos e Jurídicos**. São Paulo: Atheneu, 2011.

MACHADO, Carlos Augusto Alcântara. **Fraternidade, justiça e misericórdia**: por uma nova compreensão do direito. pg.181-182. In: SANTOS, Ivanaldo; POZZOLI, Lafayette (Org.). Fraternidade e misericórdia: um olhar a partir da justiça e do amor. São Paulo: Cultor de Livros, 2016.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de Bioética e Biodireito**. São Paulo: Editora Altas, 2015.

MAO, Frances. **Cientista de 104 anos morre na Suíça após jornada de 10 mil km em busca do suicídio assistido**. BBC News Brasil, 10/05/2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43958624>> Acesso em: 13 abr.2020.

MARAT, Jean-Paul. **Plano de Legislação Criminal**. In: MATTE, Natalia Allet. O princípio da coculpabilidade e a sua (in) aplicabilidade no direito penal brasileiro. 2008. 79 f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Biguaçu, 2008.

MARTIN, Leonard. M. **Eutanásia, Mistanásia, Distanásia, Ortotanásia**. In: Dicionário Interdisciplinar da Pastoral da Saúde. Dirigido por Giuseppe Ciná, Elisio Locci e Carlo Rocchetta. Tradução de Calisto Vendrame, Leocir Pessini e equipe. São Paulo: Paulus, 1999.

MASSONETTO, Júlio César. **Bioética e espiritualidade**. Revista Bioethikos. Centro Universitário São Camilo, São Paulo. Volume 1, pp. 105-112, 2007.

MELO, Tarso de. Os ‘moradores de rua’ e a banalização do inconcebível. Revista Cult. 12 de fev. de 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/os-moradores-de-rua-e-banalizacao-do-inconcebivel/>. Acesso em: 03 abr.2020

MELLO, Sebastián Borges de Albuquerque. **O princípio da proporcionalidade no Direito Penal**. In: SCHMITT, Ricardo Augusto (Org). Princípios penais

constitucionais: Direito e Processo Penal à luz da Constituição Federal. Salvador: Juspodivm, 2007.

MENDONÇA, Márcia Helena; SILVA, Marco Antonio Monteiro da. **Vida, dignidade e morte: cidadania e mistanásia**. Iusgentium, v.9, n.6 – Edição Extra, 2014.

MEZZOMO, Pe. Augusto A. **Fundamentos da Humanização Hospitalar**. São Paulo: Editora Local, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução CNS Nº 466/12**. Disponível em: <<http://www.bvsms.saude.gov.br/saudelegis/cns/>> Acesso em: 19 de abr. de 2019.

_____. **Saúde anuncia orientações para evitar a disseminação do coronavírus**. 13/03/2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a-disseminacao-do-coronavirus>> Acesso em: 04 abr. 2020

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **Do Espírito das Leis** – In: Coleção Os Pensadores - Montesquieu. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos Fundamentais. Teoria Geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2011.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. **O enfrentamento do biodireito pela constituição**. Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, n.53, v.13, pp. 68-127. 2005. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

MOSER, Antônio; SOARES, André Marcelo M. **Bioética: do consenso ao bom senso**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOSER, Antônio. **Biotecnologia e Bioética: para onde vamos?** Petrópolis: Vozes, 2004.

MOTA, Indaiá Lima. **A coculpabilidade como hipótese supralegal de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MOURA, Grégore. **Do princípio da coculpabilidade**. Niterói: Impetus, 2006.

NASCIMENTO, Caio. **Moradores de rua dormem aglomerados em albergues durante crise do coronavírus**. Estadão Portal, 24 de março de 2020. Disponível

em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-de-rua-dormem-aglomerados-em-albergues-durante-crise-do-coronavirus,70003245443>> Acesso em: 26 mar. 2020.

NETO, João Cabral de Mello Neto. **Morte e Vida Severina**. Disponível em: <<https://www.autoridades.com.br/wp-content/uploads/Morte-e-Vida-Severina-Joao-Cabral-de-Melo-Neto.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 8ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. **Individualização da pena**. 3ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLMO, Rosa del. **A América Latina e a sua criminologia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

PALÁCIOS, Marisa et al. **Ética, Ciência e Saúde. Desafios da Bioética**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**, RN, n. 6. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 21 abr. 2020.

PAZIN-FILHO, Antônio. **Morte: considerações para a prática médica**. Simpósio: morte: valores e dimensões. Capítulo II. Medicina (Ribeirão Preto), 2005, n. 38, v.1, pp. 20-25. Disponível em: <http://revista.fmrp.usp.br/2005/vol38n1/2_morte_consideracoes_pratica_medica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PEREIRA, Manuela Rached. **Em tempos de coronavírus, população de rua relata aumento da repressão em SP**. Ponte. Org, 20/03/20. Disponível em: <https://ponte.org/em-tempos-de-coronavirus-populacao-de-rua-relata-aumento-da-repressao-em-sp/?fbclid=IwAR3VPTfUjIthdPjx3oqXouKiYjm_wfhUfQtZX1DDU46IBOIZv-8_RkxVLVc>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PEREZ, Fabíola. Coronavírus: **SP tem 2,2 mil pessoas em situação de rua expostas**. R7 Notícias, 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/coronavirus-sp-tem-22-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-expostas-20032020>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PERONDI, Ildo; CATENASSI, Fabrizio. **Misericórdia, compaixão e amor: o rosto de Deus no Evangelho de Lucas**. Caderno de Teologia Pública. Ano 1. nº 1, 2004. Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, RS. p. 6.

PESSINI, Leocir; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. **Bioética e Saúde**. São Paulo: CEDAS, 1989.

_____. **Problemas atuais de Bioética**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Fundamentos da Bioética**. São Paulo: Paulus, 1996.

PESSINI, Leo. **Bioética e Pastoral da Saúde**. Aparecida: Santuário, 1989.

_____. **Como lidar com o paciente em fase terminal**. Aparecida: Santuário, 1990.

_____. **Distanásia: até quando prolongar a vida?** São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Eutanásia: por que abreviar a vida?** São Paulo: Loyola, 2004.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor; ZANELLA, Diego Carlos. **Van Rensselaer Potter: um bioeticista original**. São Paulo: Loyola, 2018.

PESSINI, Leo; BERTACHINI, Luciana; BARCHIFONTAINE, Christian. **Bioética, cuidado e humanização**. Volume I. São Paulo: Centro Universitário São Camilo. Loyola, 2014.

PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Cristian. **Bioética Clínica e Pluralismo**. Com ensaios originais de Fritz Jahar. São Paulo: Centro Universitário São Camilo. Loyola, 2013.

PESSINI, Leo; BERTACHINI, Luciana; BARCHIFONTAINE, Christian, HOSSNE, William S. **Bioética em tempos de globalização: a caminho da exclusão e da indiferença ou da solidariedade?** São Paulo: Loyola, 2015.

PETRY, Franciele Bete. **Princípios de Ética Biomédica**. *Revista Ética*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufax.br/ethic@/et31res2.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2019.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Acesso em: 11 abr. 2020.

_____. *Divini Redemptoris*, 1937. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.html> Acesso em: 11 abr. 2020.

PIOVESAN, Flávia, et al. **Código de Direito Internacional dos Direitos Humanos Anotado**. São Paulo: DPJ Editora, 2008.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7ª. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioética: ponte para o futuro**. Tradução Diego Carlos Zanella. São Paulo: Loyola, 2016.

_____. **Bioética global**. Tradução Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2018.

_____. **Palestra apresentada em vídeo no IV Congresso Mundial de Bioética em Tóquio em 1998**. Transcrição e tradução de Leo Pessini. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, ano 22, volume 22, p. 370-374, nov/dez 1998.

PLANALTO. Lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm> Acesso em: 19 abr. 2020.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**: parte geral, artigos 1º a 120. 9 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Pesquisa amostral do perfil socioeconômico da população em situação de rua**. Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, SP, 2019, Gráfico 08.

QUINTANA, Mário. **Poesias**, Rio de Janeiro: globo, 1962.

RAMOS, Augusto Cesar. **Eutanásia**: aspectos éticos e jurídicos da morte. Florianópolis: OAB/SC, 2003.

RANGEL, Caio Mateus Caires. **Coculpabilidade e a (in?) aplicabilidade no direito penal brasileiro**. Universidad de Buenos Aires (UBA). Buenos Aires: Argentina, 2013.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990. Volume II.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. São Paulo: Saraiva, 2004.

REIS, Giovanna Lukesic. Núcleo avalia estereótipos de população em situação de rua. 17/abril/2015. Disponível em: <<https://www5.usp.br/90806/nucleo-avalia-estereotipos-de-populacao-em-situacao-de-rua/>> Acesso em: 26 abr.2020.

RICCI, Luiz Antonio Lopes. **A morte social – mistanásia e bioética**. São Paulo: Paulus, 2017.

_____. **Mistanásia infantil e pastoral da criança:** avaliação ético-teológica da pastoral da criança no Brasil enquanto potencialização da cultura da vida. Tese de Doutorado em Teologia Moral. Pontifícia Universitas Lateranensis. Academia Alfonsiana. Institutum Superius Theologiae Moralis. Roma: 2007.

RIVAS, Katherine; LORENZI, Sabrina .**Cadastro exige SMS e moradores de rua ficam sem auxílio. Agência Nossa.** 18/04/2020. Disponível em: <<https://www.agencianossa.com/2020/04/18/cadastro-exige-sms-e-moradores-de-rua-ficam-sem-auxilio/>> Acesso em: 20 abr. 2020.

ROCHA, Renata da. **Biodireito Constitucional:** limite e fim da atividade científica. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n.49, v.12, pp. 191-210, 2004. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

_____. **O direito à vida e a pesquisa com células-tronco.** São Paulo: Elsevier, 2008. p.111. In: MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RODRIGUES, Artur; ALMEIDA, Lalo de. **Moradores de rua enganam estômago com água e esperam horas no sol por comida.** Folha uol, 04/04/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/moradores-de-rua-enganam-estomago-com-agua-e-esperam-horas-no-sol-por-comida.shtml>> Acesso em: 20 abr. 2020.

ROMEY-CASABONA, Carlos Maria. Biodireito. In: HOTTOIS, Gilbert e Jean-Noel Missa. **Nova enciclopédia da bioética: medicina, ambiente e biotecnologia.** Trad. Maria Carvalho. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ROSS, Elisabeth Kubler. **Sobre a morte e o morrer.** Trad. Paulo Menezes. 10ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER. **Punição e estrutura social.** Tradução de Gizlene Neder. 3. reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

SAMPAIO, Tercio. **Introdução ao Estudo do Direito.** 11ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTORO, Luciano de Freitas. **Morte digna: o direito do paciente terminal.** Curitiba: Juruá, 2012.

SANTOS, Juarez Cirino. **A moderna teoria do fato punível.** Curitiba: Lumen Juris, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang et. al. **Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.p.60.

SARMENTO, Daniel. **A ponderação de interesses na Constituição.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

SCHRAMM, Fermin Roland. **O uso problemático do conceito “vida” em bioética e suas interfaces com a práxis biopolítica e os dispositivos de biopoder.** Revista Bioética, vol. 17, n.3, 2009.

SCHRAMM, Jenice Pires Moreira da Silva. **A dignidade da pessoa humana como valor fundante de toda a experiência ética e a sua concretização através das decisões do Supremo Tribunal Federal.** Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n.72, pp. 151-190, 2010. (Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política).

SGRECCIA, Elio. Manual de bioética. Ed. Diana, México, 1996.

SIENNA, Ernesto Lázaro. **A dignidade humana em João 10,10 e na doutrina social da igreja.** PUCRS. Tese de mestrado. Porto alegre, 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 16ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais.** São Paulo. Malheiros, 1998.

SILVA, Maria Júlia Paes. **Eu apenas queria que soubesse...** In: NUCCI, Nely Aparecida Guernelli et alii (Org) Encontros Inesquecíveis: relatos de cuidado e ética. Campinas: Ed. Alínea, 2018.

SILVEIRA, Anarita Araujo da. **Revista Bioethikos** – Centro Universitário São Camilo, São Paulo. Volume 3. pp. 13-78, 2009.

SOUZA, Davisson de. **A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal.** Cadernos Cemarx – UNICAMP, Campinas, v.1, n.2, 2000.

SOUZA, Helder Félix Pereira de. **A perspectiva biopolítica de Agamben:** alguns conceitos para se (re)pensar o direito atual. Revista Eletrônica Direito e Política. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.1, primeiro quadrimestre de 2014. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica> Acesso em: 02 mar. 2020.

STABILE, Arthur. **‘Questionei a truculência de um PM com um morador de rua e fui agredido’.** Ponte.org, 23/02/20. Disponível em: <<https://ponte.org/questionei-a-truculencia-de-um-pm-com-um-morador-de-rua-e-fui-agredido/>> Acesso em: 20 abr. 2020.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Fundamentos do Direito Público**. São Paulo: Malheiros, 2012.

TERTULIANO. **Apologeticum** 29. PL 1, 531, IN: FAUS, José Ignacio Gonzalez. Vigários de Cristo: os pobres na teologia e na espiritualidade cristãs: antologia comentada. São Paulo: Paulus, 1996.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 20 fev. de 2020.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

VERSPIEREN, Patrick. **Eutanasia?** Dall'accanimento terapeutico all'accompagnamento dei morenti. Edizioni Paoline. Milano: 1985.

VERSTRAETEN, Johan. **O princípio social central do Vaticano II é a justiça**. In Revista do Instituto Humanitas Unisinos Nº 401 - Ano XII - 03/09/2012- ISSN 1981-8769. Concílio Vaticano II. 50 anos depois. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao401.pdf>>..Acesso em: 20 abr. 2020.

VICK, Mariana. **O perfil da população de rua de São Paulo, em 5 pontos**. Nexo Jornal de 03 fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/03/O-perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-de-S%C3%A3o-Paulo-em-5-pontos>> Acesso em: 23 mar. 2020.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermões**, Vol. XII. Erechim: Edelbra, 1998.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução de Renato Aguiar. 3ª. reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZA. **Morador de rua é morto a tiros por PM após pedir um pedaço de pizza em São Paulo**. www.bandab.com.br, 13 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.bandab.com.br/seguranca/morador-de-rua-e-morto-a-tiros-por-pm-apos-pedir-um-pedaco-de-pizza-em-sao-paulo/>> Acesso em: 20 abr. 2020.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigo na cidade do Rio de Janeiro**. 2ª. reimp. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

ZAGANELLI, Margareth Vetis et al. **Revista Derecho y Cambio Social**, n.46, 2016, p. 03. Lima: Peru. Disponível em: <https://www.derechoycambiosocial.com/revista043/EUTANASIA_SOCIAL.pdf> Acesso em: 13 abr. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminologia: aproximación desde um margen**. Volume I. Bogotá: Editorial Temis, 1988.

_____. **Culpabilidade por vulnerabilidade**. In: Discursos Sediosos. Rio de Janeiro: ICC-Revan, n. 14, p. 31-48, 2004.

_____. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Tradução de Vania Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. **O inimigo no Direito Penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

_____. **Politica criminal latinoamericana**. Buenos Aires, Hammurabi, 1982.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 13ª. ed. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2019.

ZANOTELLO, Marina. **O Princípio da Culpabilidade no Estado Democrático de Direito**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

ZILIO, Jacson Luiz. **Do Direito Penal de classes ao direito Penal do Estado Social e Democrático de Direito**. In: Tipo: Inimigo. Organizador: Leandro Ayres França. FAE – Centro Universitário. Curitiba: 2011.